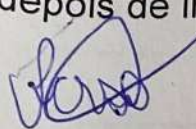
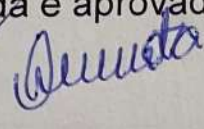
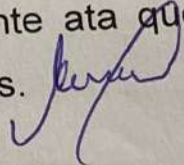
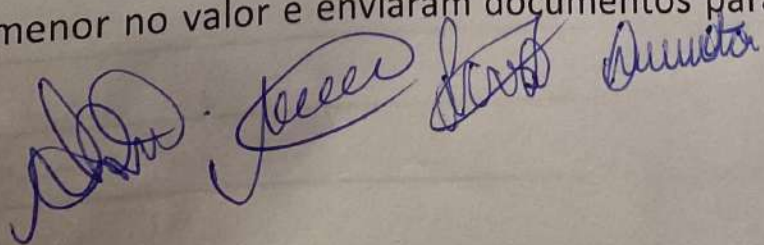


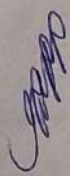
Aos 21 de junho de 2021, realizou-se a reunião da comissão de avaliação do CMAS com a participação de dos seguintes membros: Maria Veriana (Creche Irmã Fabíola), Adriana Martins (Divina Providência), Cleunice Mota (Fundação Fé e Alegria), Mauro Adão (Creche Senhora da Paz). A reunião aconteceu para delibera sobre os requerimentos de inscrição no CMAS e CMDCA. Romana começou apresentando as instituições que solicitaram inscrição, a primeira a ser avaliada foi a Associação Abraço, que após avaliação foi deferida. Logo seguiu para a próxima avaliação que é da Creche Padre Germano, no entanto, após avaliação ficou pendente para anexar um documento que faltou, ficando pendente. A comissão avaliou também o pedido de dilação de prazo, após análise foi deferido. Eu Romana Cristina Sena Dias, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada por mim e por todos os participantes.



incluiria a descrição do abrigo de longa permanência abrangendo crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos. Gleuber falou que o Instituto Esperança vai assumir o abrigo no lugar da ASSEP, pelo período de um ano, e que mantiveram os mesmos funcionários, as crianças no mesmo local, onde estão nesse momento, não havendo nenhuma alteração nesse momento para garantir melhor adaptação e menor impacto, pensando na proteção e evitando impacto para acolhidos, lembrando que o chamamento público foi dispensado devido ao caráter emergencial. Gleuber falou que todo processo foi feito dentro de respaldo judicial e acompanhado pela Procuradoria, Ministério Público e Conselho Tutelar do município, o conselho não tomou nenhuma decisão por achar ou querer, e sim pensando no melhor para essas crianças, dentro da legalidade e documentados. Júlio Cesar reforçou que a situação, a qual as crianças foram encontradas, corroborou para todos esses desfechos, que questões financeiras não justificam a violação dos direitos dessas crianças. Gleuber falou que a instituição precisa definir valor necessário para que esse atendimento seja feito com qualidade, não privando os acolhidos de condições humanas, desde que valores fossem justificados com transparência e documentados. Andreia falou de seu espanto ao se deparar com situação em que as crianças não comiam batata frita, nem ao menos conheciam carne, especialmente levando em consideração que já tem definido valor dentro do plano de trabalho destinado para alimentação dos atendidos. Adriana perguntou se toda essa situação está documentada com relatórios através de um dossiê de todos os eventos, reforça da importância das visitas técnicas e que devem ser mais frequentes e sem qualquer aviso prévio para evitar que aconteça esse tipo de prejuízo futuramente. Júlio César reforçou que infelizmente aconteceram vários eventos quanto à negativa de acesso e a entrada na antiga instituição de vários órgãos, especialmente da Secretaria de Desenvolvimento Social e do Conselho Tutelar. Júlio César informou, diante do conselho, a fim de dar esclarecimentos e ciência a todos, que os acolhidos já estão recebendo atendimentos e tudo está resolvido e que o Instituto Esperança está responsável no lugar da ASSEP pelo período de um ano a contar da data de assinatura do contrato. Romana falou da importância na entrega dos documentos dentro do modelo já enviado a todas as instituições via e-mail, que caso ainda não tenham recebido, sinalizar. Adriana Martins perguntou quanto ao prazo para entrega. Romana falou sobre recursos livres e que a entrega dos documentos ainda não tem data definida. Gleuber explicou que à medida que documentos forem encaminhados, os mesmos serão avaliados sem necessariamente aguardar recebimento de todas as instituições. Gleuber falou sobre algumas Instituições que questionaram diferença a menor no valor e enviaram documentos para avaliação e possível correção do mesmo.







Lucien
acres
devi
pro
Gen
pa
vo
G
C
c